



Aptidão profissional dos electricistas

Pela sociedade portuguesa passaram já duas gerações, desde que, no limiar dos anos quarenta, pela primeira vez se consagrou oficialmente a arte de electricista como garante do aperfeiçoamento do trabalho operacional, condição considerada necessária ao desenvolvimento da actividade electrotécnica.

É de se recordar que o decreto-lei n.º 29 944, de 27 de Setembro de 1939, definiu como trabalhos da arte de electricista os que, dentro da profissão, são executados em oficinas de reparação de aparelhos eléctricos, redes de alta e baixa tensão; centrais geradoras, sub-estações e postos de transformação e de seccionamento, na parte que respeita à respectiva instalação eléctrica; montagens e inspecções de instalações eléctricas.

Objectivou-se, com esse diploma, condicionar a actividade profissional a um mínimo de habilitação e experiência técnicas e seleccionar nesta base o pessoal activo. À luz da filosofia sócio-política dos anos quarenta coube à intervenção coordenada do Estado, das empresas e do Sindicato Nacional dos Electricistas (então, recentemente criado) a qualificação dos agentes profissionais, a oficialização do trabalho de electricista e a regulamentação da respectiva responsabilidade na observância das regras da arte e na segurança técnica das instalações eléctricas.

No movimento ondulatório que tem caracterizado, em função do tempo, os parâmetros conjunturais determinantes do condicionalismo vivido pelo comum das sociedades humanas, passámos, em Portugal, do liberalismo prevalecente no último quartel do século XIX pelo corporativismo que nos orientou em meio século da nossa modernidade, para voltarmos recentemente à alternância da fase anterior muito influenciada, no final deste século XX, pelas vibrações marxistas, por cá amortecidas havia muito tempo, mas agora com algumas interferências na actual alternância circunstancial.

Estamos muito afastados, nas páginas desta revista técnica, da vocação, da intenção ou da prática de apreciações sócio-políticas com propósitos doutrinadores, que nos levariam para muito longe da nossa orientação e de qualquer espécie de utilidade social que pretendemos assumir com a nossa actividade editorial. Nesta rápida referência, intentamos apenas alicerçar o tema desenvolvido, com a observação evidente de que existe uma oposição abismal entre a filosofia sócio-

-política dos anos quarenta e a que prevalece nas circunstâncias actuais.

Naquela «estafeta», ondulatória através do tempo, todavia, as comunidades humanas vão passando, de século para século, de alternância em alternância, um pesado «testemunho» (influenciado pela civilização que vai sendo vivida) o qual tem muito que ver com a qualidade de vida e o desenvolvimento comunitários.

Parte desse «testemunho» significa e integra a aptidão profissional da população activa, factor técnico que julgamos privilegiado em processo social progressivo.

Especialmente no âmbito das instalações de baixa tensão, estão em jogo duas questões que influenciam gravosamente a aptidão da resposta sectorial às solicitações do mercado consumidor.

Em primeiro lugar, no projecto e montagem das instalações eléctricas, a real incidência da aptidão e da consciência técnica na segurança de pessoas e bens — relevante factor de interesse social que se não pode arredar da actividade electrotécnica.

Em segundo lugar o aspecto negativo, de grave efeito sócio-económico, da vivência retrógrada da *competição em qualidade*, quando se ultrapassam os limites mínimos das características técnicas e regulamentares.

Este assunto está pois enquadrado no carácter da nossa revista tecnicamente especializada.

O progresso tecnológico, com vista ao desenvolvimento e à segurança de bens e pessoas, exige, em electrotecnia, a identificação e a caracterização da actividade dos electricistas, dignificando-a, no propósito de lhes aperfeiçoar o trabalho e de lhes atribuir a por si desejada responsabilidade profissional.

No espaço das duas filosofias sociais que se opõem entre si, a problemática persiste; os objectivos do tal «testemunho» são sempre parâmetros para equacionar em todo o tempo, independentemente das fases por onde se movimentam as ideias políticas.

O processo programático nascido em 1939 deverá adaptar-se e evoluir. Nas actuais circunstâncias, numa óptica necessariamente diferente, a aptidão profissional dos electricistas precisa de ser valorizada, responsabilizada e seleccionada.

F. do A.